

TRANSPORTE DE MERCADORIAS NO GRUPO CENTRAL

Pico, São Jorge e Faial sempre foram ilhas irmanadas e tendem a sê-lo cada vez mais, pesem embora todas as manobras para semear confusão e atrito com falsos argumentos que apenas defendem interesses hegemónicos deste ou daquele grupo económico.

Todo este envolvimento cria fluxos de inter-movimentação com reflexos na economia local que urge potenciar como pólo de atracção turística, mas também de investimento industrial e desenvolvimento comercial.

Urge, ainda, facilitar, potenciar e alargar os mesmos fluxos pessoais e comerciais às restantes ilhas dos Grupos Central e Ocidental, criando acessibilidades potenciadoras de desenvolvimento económico que envolvam, também, as ilhas Graciosa, Flores e Corvo.

Mas isso só será possível se houver comunhão de interesses e união de esforços.

A solidariedade espontânea, em situações de catástrofe, demonstra a nossa mútua afectividade e capacidade de entreaajuda.

A mesma força de vontade deve ser posta ao serviço da unidade, do bem-estar e do progresso, tanto económico como social, de nós todos e de cada um.

Não se cria a unidade por Decreto.

Ela cimenta-se, sim, no somatório dos pequenos contributos e pela participação consciente e solidária de cada um, consoante a sua capacidade e a sua responsabilidade.

Não se progride cerceando potencialidades natas, mas sim, incentivando-as, apoiando-as e promovendo a sua integração harmoniosa no colectivo estratégico.

Perante o paradoxo que é a nossa diversidade, compete ao Governo Regional criar as condições para que esse desenvolvimento harmonioso possa progredir.

O Bloco de Esquerda já propôs ao Governo a promoção dum estudo integrado dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, entre estas ilhas e toda a Região, que sentasse à mesma mesa os diversos interesses e respectivos agentes, de forma a proporcionar um serviço público eficaz, interligado e complementar.

O Governo, orgulhosamente só, continua a fazer “orelhas moucas”.

É repleta de contradições a actuação deste Governo:

-Age extemporaneamente perante situações que requerem prudência e conhecimento de causa, como no caso das ligações marítimas no Triângulo.

-Vai protelando decisões que são determinantes para o desenvolvimento económico, como no caso do aumento da pista do aeroporto da Horta.

-Ignora a necessidade da criação dum circuito interno de escoamento eficaz dos produtos que exportamos, como é o caso do peixe.

-Mas, por outro lado, e sem que lhe peçam, pretende alterar a logística do transporte de mercadorias, aquilo que, apesar de tudo, tem funcionado bem, criando plataformas de baldeamento e distribuição como se tudo isto se tratasse de distribuição de sinal de televisão ou internet, sem olhar às suas nefastas consequências, só para satisfazer “egos” ou justificar “elefantes”.

Ou seja:

-O que é urgente, vai-se fazendo, na esperança de que outros, ou uma qualquer parceria público/privada o faça.

-O que está a funcionar bem, tenta-se alterar para desviar a atenção do que realmente urge e interessa resolver.

A experiência de baldeação já existiu, a partir de Ponta Delgada, utilizando o navio “Vitorino Nemésio”, com resultados de tal forma nefastos que foi rapidamente abandonada.

Se na recepção de mercadoria, tudo fica mais caro, mais demorado e com aumento de riscos inerentes às acções de baldeamento. Na expedição, os problemas crescem porque, por exemplo, a carne refrigerada e o queijo, alteram a sua qualidade, quer pela demora, quer pela sua sujeição às alterações de temperatura subjacentes.

Mas, tudo isto sabe o Governo, e com isto diz concordar o senhor Secretário.

Porém, mesmo admitindo a aberração da existência de entrepostos de baldeamento, a que tenta, pomposamente, chamar plataformas logísticas, quando sabe que estas são impraticáveis entre nós, insiste no seu objectivo, chegando mesmo a considerar irrelevante o facto do Grupo Parlamentar que suporta o seu Governo querer introduzir uma operação de cosmética, trocando o “devem” pelo “podem” e acrescentando um “eventualmente”.

No nosso ponto de vista é realmente irrelevante, porque não altera a vontade política subjacente, essa, sim, bem clara.

O senhor Secretário tem afirmado publicamente que esta intenção não é um plano de investimentos do Governo. Pois não, senhor Secretário,

não é um plano de investimentos, mas dá a indicação clara de onde é mais aconselhável investir. É o mesmo que dizer: investe aqui ou ali, mas não invistas acolá.

É ou não certo que esta indicação dissimulada diminui a apetência de investimento nas ilhas preteridas?

Quer queira, quer não, o Governo, por decreto, está a vaticinar e a dar indicações das suas prioridades e dos seus objectivos.

Nem a sua grande capacidade retórica o consegue esconder.

Não há qualquer estudo, credível ou não, que suporte esta decisão. Como afirmou publicamente, senhor Secretário, tudo provém, apenas, duma análise técnica, sua, ou de quem o acompanha neste desiderato.

O Governo tenta escamotear os inevitáveis impactos sociais e económicos que resultam desta decisão. Mas eles são fantasmas que nos perseguem. O desinvestimento nas ilhas mais desfavorecidas, o conseqüente desemprego e o agravamento dos problemas sociais daí resultantes **são fantasmas cada vez mais reais**. Veja-se o exemplo da COFACO.

O senhor Secretário argumenta que as pessoas continuam a comer, pelo que serão sempre necessários os serviços locais de distribuição de mercadorias. Esquece, deliberadamente porque sabe muito bem, que o tipo de transporte marítimo local prescinde de vários serviços portuários, da consignação dos agentes de navegação e de alguns transitários, porque utiliza, quase em exclusivo, a paletização de mercadorias.

Tem, senhor Secretário, a noção de quantos postos de trabalho se podem perder, sem qualquer benefício para o consumidor final destas ilhas apenas para satisfazer interesses terceiros ou a sua teimosia institucional?